



FOTO: ANGELO MARCOS

2023

RELATÓRIO DE GESTÃO

SEFAZ - PI

SECRETARIA
DA **FAZENDA** - SEFAZ



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.

SUMÁRIO

1- PALAVRA DO SECRETÁRIO DE FAZENDA.....	3
2- VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	5
2.1 Identificação das Unidade Prestadoras de Contas	
UPCs.....	7
2.2 Organograma Sefaz.....	8
2.3 Visão Geral.....	8
2.4 Quem Somos.....	9
2.5 Ambiente interno/externo.....	9
3- GOVERNANÇA, RISCOS E RESULTADOS.....	10
3.1 Plano Plurianual (PPA).	10
3.2 Plano Estratégico.....	12
3.3 Gestão de Risco	17
4- RESULTADOS DAS UNIDADES PRESTADORAS DE CONTAS – UPC.....	19
4.1 SEFAZ PI - Unidade Gestora.....	19
4.1.1 Fundat Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Da Administração Tributária.....	31
4.1.2 Fecidapi – Fundo Especial de Créditos Inadimplidos e Dívida Ativa do Piauí.....	32
5- ENCARGOS GERAIS DO PIAUÍ.....	33
6- APÊNDICE.....	35

PALAVRA DO SECRETÁRIO



O ano de 2023 foi desafiador por conta da recuperação da economia brasileira, tão afetada pelos efeitos negativos da pandemia COVID-19 e das leis complementares 192 e 194/22.

E uma das consequências para os Estados foi a queda dos repasses federais, como o Fundo de Participação dos Estados (FPE), a partir de julho do ano passado. O governo teve que cortar despesas para conseguir manter o equilíbrio fiscal, porém não deixou de realizar obras e projetos importantes para o desenvolvimento do Estado, a exemplo da primeira etapa do Porto do Piauí, em Luís Correia.

Também continuou investindo na melhoria da infraestrutura, por exemplo, é referência no país, liderando o ranking de rodovias consideradas boas ou ótimas, como aponta dados divulgados pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT). O Piauí saltou da 5ª para a 1ª posição dos estados do Nordeste.

E em relação ao trabalho da SEFAZ-PI, também pudemos comemorar uma grande conquista: o Piauí recebeu do Tesouro Nacional o Prêmio Qualidade da Informação Contábil e Fiscal por melhor grau de evolução do país no Ranking do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi 2023).

O Piauí também foi premiado como o Selo "QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E FISCAL - 2023" por ter obtido nota A (Aicf) no Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (ICF) no Siconfi. No ranking geral, conquistou o 8º lugar entre todos os Estados do país, obtendo o percentual de 95,55%.

A SEFAZ-PI também recebeu várias outras premiações: conquistou o 1º lugar, na categoria tipo 2, do I Concurso de Boas Práticas em Ouvidoria Pública. E ainda recebeu o Prêmio Destaque do Controle Interno 2023, no 5º Fórum Piauiense de Controle Interno.

A Secretaria da Fazenda ainda fez um novo planejamento estratégico 2023-2026 para adequar as ações da Sefaz-PI às prioridades do novo governo. Com o apoio do Profisco II, também investimos em reformas, aquisição de equipamentos e softwares, visando melhorar o atendimento aos contribuintes piauienses. E também não esquecemos de conscientizar sobre a importância do pagamento de tributos, por meio do concurso “Cidadania nas Escola”, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) e Receita Federal (RFB).

Essas e outras ações podem ser conferidas neste Relatório de Gestão 2023, que visa prestar contas junto à população piauiense, inclusive quanto à aplicação dos recursos públicos.

Em 2023, o Congresso Nacional também aprovou a tão almejada Reforma Tributária, que visa simplificar as regras fiscais, contribuindo para ajudar a economia a crescer, pois torna mais fácil para as empresas entenderem, pagarem seus impostos e realizarem o planejamento tributário.

Esperamos que a economia consiga se fortalecer, cada vez mais, para que possamos continuar investindo mais na melhoria dos serviços públicos e da qualidade de vida de todos os piauienses.

EMÍLIO JOAQUIM DE OLIVEIRA JÚNIOR

Secretário Estadual de Fazenda

2 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Secretário da Fazenda	Emilio Joaquim de Oliveira Junior
Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF	Raimundo Neto de Carvalho
Corregedor Fazendário	Saint Clair de Holanda Cavalcante Neto
Assessoria de Gabinete – GASEC	Juliana Maria Martins Lobão da Rocha
Assessoria de Comunicação – ASCOM	Luciana Maria de Souza Azevedo
Superintendente de Gestão – SUGEST	Cristovam Colombo dos Santos Cruz
Unidade de Gestão e Transformação Organizacional - UNIGEST	Antonio Emanuel Ribeiro da Silva
Superintendente do Tesouro do Estado do Piauí – SUTESP	James Lane Ramos de Sousa
Diretor da Unidade de Gestão Financeira – UNIGEF	Cristiano Natalicio Neves de Oliveira
Diretor de Gestão da Dívida Pública e Encargos Gerais do Estado – UNIGED	Mauro Gomes de Lima
Diretor da Unidade de Controle Contábil – UNICON	Bruno Cardoso Rocha Saraiva Teixeira
Diretora da Unidade de Gestão e Programação do Gasto Público – UNIGGP	Antônio Marcos Milanez Cavalcante

Superintendente de Administração Financeira, Logística e Tecnologia – SUPAFT	Ricardo Cardoso Pires
Diretor da Unidade Administrativo-Financeira – UNAFIN	Carlos Gomes de Oliveira
Diretor da Unidade de Tecnologia e Segurança da Informação – UNITEC	Januário da Ponte Lopes
Unidade de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - UNIGDP	Felipe Leal Souza
Superintendente da Receita – SUPREC	Maria das Graças Moraes Moreira Ramos
Diretor da Unidade de Controle da Arrecadação e Recuperação do Crédito Tributário – UNICAD	Fernando Jufat Cavalcanti da Fonseca
Diretor da Unidade de Administração Tributária – UNATRI	Lisia Marques Martins Vilarinho
Diretor da Unidade de Fiscalização de Empresa – UNIFIS	Francisco Edson Marques
Diretor da Unidade Fiscalização de Mercadorias em Trânsito – UNITRAN	Danilo Sousa da Silveira
Diretor de Unidade de Atendimento – UNICAT	Paulo Roberto de Holanda Monteiro
Superintendente da Controladoria Geral do Estado- SUPCGE	Maria Do Amparo Esmério Silva

Diretor da Unidade de Auditoria e Monitoramento	Décio Gomes De Moura
Diretor da Unidde de Controladoria	Kilmer Távora Teixeira
Diretor da Unidade de Corregedoria	Antônio Lima Bacelar Júnior

2.1 - Identificação Das Unidades Prestadoras De Contas

UPCs	Endereço	CNPJ	Normativos de criação
SEFAZ Secretaria Estadual da Fazenda do Piauí	Av. Pedro Freitas, s/n, Bloco C- Bairro São Pedro, Centro Administrativo, CEP: 64.018-200	06.553.556/0001-91	Natureza jurídica Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal Início atividade data 1974-12-31
Encargos Gerais do Estado	Av. Pedro Freitas, s/n, Bloco C- Bairro São Pedro, Centro Administrativo, CEP: 64.018-200	06.553.481/0001-49	Natureza jurídica Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal Início atividade data 1974-12-31

2.2 - Organograma Sefaz



2.3 - Visão geral

A SEFAZ PI – Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí é um órgão público estadual que tem por missão a arrecadação, fiscalização, contabilidade e estruturação da receita e da despesa do Estado que são usados para manter o funcionamento da máquina pública estadual e seus serviços como Polícia, Bombeiros, estradas, hospitais, museus e escolas públicas, entre outros.

Adicionalmente à fiscalização tributária, a SEFAZ presta vários serviços ao contribuinte como a administração da inscrição estadual, serviços de suporte buscando facilitar as operações entre as empresas, empreendedores e consumidores, campanhas de transparência para divulgação da utilização dos impostos bem como a gestão da contabilidade estadual e apoio aos demais órgãos do Estado na execução de seus orçamentos.

2.4 - Quem Somos

MISSÃO

Promover com excelência e transparência a administração das receitas e dos gastos públicos, primando pelo atendimento e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Piauí.

VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecida como referência na gestão das receitas e dos gastos públicos e no atendimento à sociedade.

VALORES:

- a. Ética e Transparência;
- b. Desenvolvimento e Valorização dos Servidores;
- c. Trabalho em Equipe;
- d. Inovação e Atualização tecnológica;
- e. Orientação para Resultados;
- f. Excelência no Atendimento;
- g. Compromisso Institucional e Social.

2.5 - Ambiente Interno/Externo

A SEFAZ-PI, para análise de ambientes internos/externos, utiliza-se do método análise SWOT, sigla em inglês que significa Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats).

Essa metodologia é baseada em técnicas de gestão estratégica que consiste na identificação dos elementos forças, fraquezas, oportunidades e ameaças de uma organização.

A Análise de Ambientes Interno/Externo é uma ferramenta estratégica utilizada por empresas, organizações e indivíduos para avaliar a situação atual de um projeto, negócio ou ideia.

A análise SWOT é feita através da identificação e avaliação desses quatro elementos. As forças e fraquezas referem-se a fatores internos da empresa, como recursos, competências, limitações etc. As oportunidades e ameaças referem-se a fatores externos, como tendências de mercado, mudanças regulatórias, concorrência. Estes elementos estão identificados e compõem o Planejamento Estratégico da Sefaz.



3 - GOVERNANÇA, RISCOS E RESULTADOS

3.1 – Plano Plurianual (PPA)

O Plano Plurianual (PPA) é um importante instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo da administração pública. Ele define as diretrizes, os objetivos e as metas para o próximo quadriênio. O PPA 2020-2023 foi construído como instrumento de gestão capaz de organizar as prioridades da sociedade, dando materialidade aos

compromissos firmados pelo Plano de Governo validado pela maior instância do processo democrático: as urnas. Foi concebido na orientação estratégica de gestão por resultados com a abordagem participativa e territorial, considerando os principais gargalos do desenvolvimento socioeconômico.

No que diz respeito à SEFAZ-PI, destaca-se o Programa de Trabalho “0010 – Gestão Eficiente e Transparente” contemplado no Anexo II do PPA 2020-2023, destacado a seguir:

13 - SECRETARIA DA FAZENDA							
13101 - SECRETARIA DA FAZENDA							
0010 - GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARENTE							
Objetivo	Diretriz Setorial	Ação	Produto				
Ofertar serviços públicos de qualidade para a sociedade piauiense, garantindo a eficiência, eficácia, efetividade e transparência na ação governamental	Administrar e modernizar a infraestrutura dos órgãos estaduais	1900 - PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO PIAUÍ-PRODAF/PROFISCO II	Ar condicionado adquiridos	500.000,00	0,00	0,00	0,00
			Auditorias contratadas	0,00	250.000,00	0,00	0,00
			Capacitação/treinamento realizados	100.000,00	125.000,00	16.000.050,00	50.000,00
			Computadores adquiridos	4.500.000,00	0,00	0,00	0,00
			Consultorias contratadas	8.000.000,00	10.100.000,00	16.393.404,00	430.484,00
			Licenças de software adquiridas	3.000.000,00	10.125.000,00	17.606.546,00	450.000,00
Ofertar serviços públicos de qualidade para a sociedade piauiense, garantindo a eficiência, eficácia, efetividade e transparência na ação governamental	Administrar e modernizar a infraestrutura dos órgãos estaduais	1900 - PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO PIAUÍ-PRODAF/PROFISCO II	Mobiliários adquiridos	2.511.372,00	0,00	0,00	0,00
			REFORMA	400.000,00	0,00	0,00	0,00
			Veículos adquiridos	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
			A Classificar	38.311.618,00	43.467.480,00	101.450.000,00	165.455.088,20
Aprimorar a gestão de pessoas através da formação, valorização e avaliação de desempenho dos servidores		2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	Concursos públicos realizados	101.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00
			EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	4.000.000,00	3.911.372,00	0,00	0,00
		2500 - GESTÃO DE PESSOAS	A Classificar	317.140.832,00	317.140.832,00	297.932.585,00	303.891.237,00
Total da Unidade Orçamentária				380.764.822,00	385.322.344,00	449.682.585,00	470.592.825,20

Fonte: Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí.

As metas físicas referentes ao ano de 2023 foram listadas na última coluna do quadro acima, ou seja, tratam dos seguintes produtos: capacitação/treinamento realizados, consultorias contratadas, licenças de software adquiridas, concursos públicos realizados etc.

Sobre capacitações e treinamentos realizados, foram investidos R\$ 1.799.546,35, isso considerando apenas de recursos oriundos do PROFISCO II.

As áreas contempladas, considerando todas as fontes de recursos, foram diversas. A seguir alguns exemplos: contratações públicas e convênios, contabilidade, gestão avançada, inteligência artificial, LGPD, compliance e governança, e-social.

Quanto a consultorias, a SEFAZ-PI segue dando a priorização que coloca o Piauí na vanguarda, a nível nacional. Destaques para: desenvolvimento e implantação de modelo de gestão de riscos fiscais; recuperação de direitos financeiros e econômicos em favor do Piauí no tocante ao RGPS; revisão e complementação de metodologia de cobrança administrativa tributária; desenvolvimento e acompanhamento da implementação do modelo de auditoria fisco-contábil com uso da ECD e das informações Financeiras e Bancárias com uso do sistema SIMBA.

Já na área de tecnologia, com destaques para a licenças de software adquiridas e contratações em andamento, cita-se:

- Contratação de acesso ilimitado a bases de conhecimentos e a seus autores, contendo análises de tendências, prognósticos, avaliação de produtos e fornecedores para os assuntos de tecnologia da informação e telecomunicações, para subsidiar os processos de tomada de decisão;

- Software “Adobe Creative Cloud Vip Teams All Apps,” para atender as necessidades de edição e diagramação da assessorial de comunicação;

- Sistema Banco de Preços/NP e Editais, serviços especializados em pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública e de Editais de Licitação (acesso ao site www.bancodeprecos.com.br).

Sobre concursos públicos, com o advento de uma gestão do governo estadual, optou-se inicialmente por redimensionar a necessidade de pessoal das mais diversas áreas da SEFAZ-PI, que contam agora com a adiação da Controladoria Geral do Estado – CGE. A tendência, conforme já anunciado pelo atual governador do estado, é que um novo concurso público seja realizado entre os anos de 2024 e 2025.

3.2 - Plano Estratégico

O Planejamento Estratégico-PE, da SEFAZ PI, foi atualizado para o período de 2023/2026, contemplando novos parâmetros e requisitos estabelecidos para a Governança, visando ajustar seu plano de trabalho às necessidades do mercado.

O objetivo do Plano Estratégico é estabelecer metas e ações a serem desenvolvidas no médio e longo prazo, voltadas para fortalecimento das políticas

públicas, melhoria da qualidade dos serviços prestados, simplificação dos processos, aprimoramento de ações de transformação digital, valorização dos servidores e promoção da transparência e da ética na gestão.

O Planejamento Estratégico é uma ferramenta que pode identificar oportunidades e desafios para a gestão fiscal do Estado e, por conseguinte, contribuindo com a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela SEFAZ, trazendo benefícios significativos para a sociedade, decorrentes do aumento da eficiência na arrecadação de tributos e a promoção de uma gestão que visa a excelência nos serviços direcionados aos cidadãos.

Atualmente está em vigor o Planejamento Estratégico 2023/2026, composto por 114 planos de ações e 330 tarefas que serão executadas ao longo do período. O processo de construção desse plano teve início com a análise do diagnóstico da SEFAZ-PI, que identificou as principais necessidades e desafios da secretaria.

Para garantir a execução das ações previstas no plano, dentro dos prazos estabelecidos, foi elaborado um cronograma com a definição das datas de início e término previstos para cada tarefa. Esse cronograma será acompanhado a rigor pelos gestores, tendo como apoio a Gerência de Transformação Organizacional.



Constam do PE, os seguintes objetivos estratégicos:

OE1 - Fomentar a Transparência e Cidadania Fiscal			
Plano de Ação	Área Responsável	Data Início	Data Fim
Criar aplicativo abordando a educação fiscal	UNICDP	01/04/2023	31/12/2023
Criar plano de comunicação sobre o papel da Corregedoria	UNICRC	13/04/2023	18/08/2023
Elaborar vídeo institucional sobre Educação Fiscal	UNICDP	01/04/2023	31/07/2023
Implantar mecanismos de transparência recomendados pelas entidades avaliadoras (Transparência Internacional)	UNICONT	02/01/2023	15/05/2023
Promover novas parcerias com instituições de ensino superior (IES)	UNICDP	01/04/2023	30/10/2023
Realizar concurso de redação voltado para alunos do ensino médio da rede pública estadual	UNICDP	01/04/2023	01/12/2023
Realizar projeto Cidadania na Escola II	UNICDP	01/04/2023	30/03/2024
OE2 - Fortalecer o controle preventivo e concomitante na gestão pública			
Plano de Ação	Área Responsável	Data Início	Data Fim
Apurar a acumulação ilegal de cargos	UNICRC	01/01/2023	31/12/2023
Atualizar manual operacional da folha de pagamento e de encargos sociais	UNIAUD	13/04/2023	30/09/2023
Criar um planejamento para monitorar contratos de PPP	UNIAUD	01/01/2023	18/09/2023
Criar um planejamento para monitorar convênios de despesas e receitas e contratos de repasses federais	UNIAUD	13/04/2023	15/06/2023
Dar continuidade à implantação do eSocial, EFD-Reinf e DCTF-Web no Poder Executivo Estadual	UNIAUD	13/04/2023	31/07/2023
Elaborar Instrução Normativa sobre Contratos de Gestão	UNIAUD	01/03/2023	31/07/2023
Elaborar Painel BI para acompanhamento das obras nas secretarias	UNIAUD	01/01/2023	31/12/2023
Elaborar um guia de atribuições dos auditores setoriais	UNICONT	13/04/2023	30/09/2023
Emitir relatórios conclusivos em mais de 70% (setenta por cento) de todos os processos administrativos disciplinares instaurados até o ano de 2022	UNICRC	01/04/2023	31/12/2023
Evoluir na maturidade dos requisitos do IA-CM	UNIAUD	13/04/2023	12/08/2024
Implantar Data Science	UNICONT	01/01/2023	30/12/2023
Implantar o Sistema Integrado de Gestão de Repasses Públicos - SIGRP, novo sistema de Convênios e Parcerias em substituição ao SISCON, integrado ao SEI, SIAFE e Portal da Transparência	UNIAUD	01/03/2023	30/06/2023
Implantar projeto piloto do SICRED - Sistema de Credenciamento de Serviço de Engenharia	UNICONT	01/01/2023	31/12/2023
Implantar sistema de Auditoria Interna	UNIAUD	13/06/2023	01/04/2024
Instaurar no ano de 2023 mais de 200 processos administrativos disciplinares no âmbito do Poder Executivo, ressalvada a competência dos órgãos que possuem corregedoria própria	UNICRC	01/04/2023	30/12/2023
Organizar o "Fórum de Controle Interno"	UNICONT	30/04/2023	01/11/2023
Planejar o trabalho dos núcleos setoriais da CCE	UNICONT	02/01/2023	30/06/2023
Propor minutas normativas	UNICRC	01/03/2023	15/03/2023
Realizar treinamentos para servidores dos órgãos/entidades	UNIAUD	01/01/2023	31/12/2023
Rever e atualizar legislação estadual de convênios e parcerias	UNIAUD	01/03/2023	31/07/2023
Rever portaria com orientações acerca das manifestações de opinião técnica da Controladoria-Ceral do Estado	UNICONT	01/04/2023	30/08/2023
Revisar Instrução Normativa CGE 01/2022 (pesquisa de preços), com alinhamento à norma federal correlata e à nova lei de licitações	UNICONT	02/01/2023	30/05/2023
Revisar Manual do Gestor	UNIAUD	13/04/2023	30/06/2023
Revisar Nota Técnica de Reajustamento	UNIAUD	13/04/2023	30/06/2023
Revisar/Elaborar Pareceres Referenciais	UNIAUD	13/01/2023	30/06/2023
Revisar/Elaborar Pareceres Referenciais	UNICONT	02/01/2023	30/05/2023

OE3 - Incrementar Receitas Tributárias e não Tributárias			
Plano de Ação	Área Responsável	Data Início	Data Fim
Acompanhamento do recolhimento de ICMS no momento do abate de bovinos	COE	01/02/2023	30/06/2023
Ampliar Fiscalização Eletrônica de Mercadorias em Trânsito	UNITRAN	17/04/2023	30/06/2023
Aperfeiçoar relatórios de inteligência	COE	01/05/2023	31/12/2023
Automatizar o Cálculo da Renúncia Fiscal	ASSEF	03/04/2023	31/12/2023
Encaminhar legislação sobre taxa de mineração	UNATRI	17/04/2023	31/12/2023
Implementar mecanismo de indexação de busca na legislação tributária	UNATRI	01/04/2023	01/06/2024
Monitoramento via satélite da safra de grãos no Cerrado Piauiense	COE	01/04/2023	31/12/2024
Avaliar os resultados das Auditorias	UNIFIS	01/05/2023	31/07/2023
Cobrar operações CST 60 - SAFIA	UNIFIS	01/03/2023	30/06/2023
Criar ASSIF - Unidade de Inteligência Fiscal	ASSIF	15/03/2023	29/12/2023
Desenvolver malha fiscal de compras incompatíveis	UNIFIS	17/04/2023	30/09/2023
Desenvolver malha fiscal de DIFAL da EC 87	UNIFIS	17/04/2023	30/09/2023
Implantar cobrança do ICMS sobre serviço de transporte	UNITRAN	01/03/2023	30/06/2023
Implementar auditoria fisco-contábil com uso da ECD e SIMBA	UNIFIS	01/02/2023	31/12/2023
Incrementar a arrecadação do ICMS	UNICAD	01/04/2023	20/08/2023
Melhorar corpo funcional da UNITRAN	UNITRAN	18/04/2023	31/05/2023
Monitorar recolhimento de ICMS nas antecipações interestaduais	UNITRAN	18/04/2023	30/06/2023
Otimizar cobranças no trânsito de mercadorias	UNITRAN	17/04/2023	31/12/2023
Realizar auditoria preventiva nas atividades do agronegócio	UNIFIS	01/03/2023	31/12/2023
OE4 - Otimizar o controle dos Gastos e avançar na convergência, harmonização e padronização contábil			
Plano de Ação	Área Responsável	Data Início	Data Fim
Contratar empresas para desenvolver Módulo de Custos no SIAFE	UNICCP	01/04/2023	31/12/2023
Criar painéis de informações fiscais/gerenciais	UNICCP	01/04/2023	31/01/2024
Desenvolver ferramenta no SIAFE para solicitação e execução de transferência especiais de emendas	UNICCP	01/01/2023	15/01/2024
Elaborar estudo bianual relativo a eficiência dos gastos públicos	UNICCP	01/04/2023	31/12/2023
Implantar nova metodologia na contabilização dos precatórios em regime especial	UNICED	15/03/2023	31/01/2024
Implantar o Módulo de Contratos no SIAFE	UNICCP	01/04/2023	31/12/2023
Implementar 100% o módulo de controle de patrimônio - Alpa	UNICON	01/04/2023	31/12/2024
Implementar o módulo de Gestão da Dívida Pública	UNICED	01/04/2023	31/12/2023
Implementar regime de competência para o registro da receita	UNICON	12/04/2023	31/01/2024
Padronizar contabilização da Dívida Ativa, conforme MCASP	UNICON	01/04/2023	31/01/2025
Realizar treinamento para usuários do SIAFE-PI	UNICON	01/04/2023	31/12/2025
Sistematizar Fluxo de Caixa do Estado	UNICEF	12/04/2023	31/12/2023
OE5 - Aprimorar a Gestão Estratégica de Pessoas			
Plano de Ação	Área Responsável	Data Início	Data Fim
Aprimorar o processo de Desenvolvimento do Servidor Fazendário	UNICDP	10/04/2023	31/12/2024
Consolidar legislação que contempla os servidores fazendários	UNICDP	01/04/2023	30/11/2023
Criar carteira de identificação funcional digital	UNICDP	01/04/2023	30/11/2023
Criar Memória de Cálculo SIAPE	UNICDP	01/04/2023	30/11/2023
Criar plano de correção para 2023/2024	CORREFAZ	01/04/2023	30/06/2023
Implantar a Gestão por Competência na SEFAZ-PI	UNICDP	14/03/2023	31/08/2023
Integrar dados cadastrais dos servidores com a folha de pagamento (SIAPE Folha)	UNICDP	01/04/2023	31/12/2024
Mapear processo de cessão dos servidores	UNICDP	01/04/2023	30/08/2023
Reduzir o prazo para concessão de aposentadorias e pensões dos servidores fazendários	UNICDP	01/04/2023	30/06/2024
Sanar as inconsistências do eSocial	UNICDP	01/03/2023	01/01/2024
Transformação digital do procedimento da folha de pagamento	UNICDP	01/04/2023	01/01/2024

OE6 - Avançar em políticas de Transformação Digital			
Plano de Ação	Área Responsável	Data Início	Data Fim
Aperfeiçoar o Programa de Conformidade Tributária	UNATRI	01/03/2023	31/12/2023
Aperfeiçoar planejamento da Gestão de Contratos	UNITEC	01/04/2023	30/08/2023
Atualizar Ouvidoria setorial na página da SEFAZ	CCI	11/04/2023	09/06/2023
Atualizar PDTI	UNITEC	01/04/2023	31/05/2023
Criar planejamento orçamentário	UNITEC	01/04/2023	31/12/2023
Desenvolver novas pautas fiscais	UNITEC	01/04/2023	31/07/2023
Garantir ambiente de redundância do banco de dados primário da SEFAZ/PI	UNITEC	08/03/2023	30/08/2023
Implantar escritório de processos com ferramenta low code	UNIGEST	01/04/2023	30/04/2024
Implantar Gestão da Inovação e Transformação Digital	UNIGEST	11/04/2023	31/07/2023
Implantar mecanismos de controle para evitar a duplicidade de pagamentos	UNICAD	18/04/2023	31/05/2023
Implementar a Nota Fiscal Fácil	UNATRI	01/07/2023	30/06/2024
Implementar avaliação de qualidade de código	UNITEC	01/04/2023	31/12/2023
Implementar ferramenta de Elastic Search como solução de IA	UNIFIS	01/03/2023	31/12/2023
Implementar ferramenta de gestão de portfólio	UNITEC	01/04/2023	30/11/2023
Implementar medidas de segurança da informação	UNITEC	01/04/2023	30/06/2023
Implementar o DAR Consolidado	UNICAD	17/04/2023	01/09/2023
Implementar pesquisa de satisfação	UNITEC	01/04/2023	31/12/2023
Implementar plano de valorização/ retenção de pessoal	UNITEC	01/04/2023	31/10/2023
Melhorar a estrutura do Cadastro de Contribuintes para usar os dados de Coordenadas Geográficas	UNATRI	01/07/2023	30/06/2024
Projeto Elastic Search	UNITEC	01/04/2023	30/09/2023
Suporte implantação Sydle	UNITEC	08/03/2023	30/06/2023
Aperfeiçoar Serviços ao Contribuinte	UNICAT	17/04/2023	31/12/2023
Integrar o Cadastro de Contribuintes com a REDESIM	UNATRI	01/03/2023	31/12/2023

OE7 - Fortalecer a Governança e Gestão para resultados			
Plano de Ação	Área Responsável	Data Início	Data Fim
Atualizar o módulo de diárias no SCFWeb.	UNAFIN	03/04/2023	30/06/2023
Atualizar plano de manutenção predial estabelecendo mecanismo de monitoramento e controle	UNAFIN	01/04/2023	30/07/2023
Atualizar sistema de contratos em relação às ocorrências dos contratos geridos pela CEADM	UNAFIN	03/04/2023	31/05/2023
Concluir todas as contratações do PROFISCO II	UNIGEST	10/04/2023	30/09/2023
Contratação de empresa de digitalização e expurgo	UNAFIN	01/04/2023	30/10/2023
Contratação de empresa de vigilância eletrônica	UNAFIN	01/04/2023	30/10/2023
Criar relatórios com indicadores gerenciais, via BI	TARF	10/04/2023	30/06/2023
Implantar Comitê Gestor de Riscos	UNIGEST	10/04/2023	31/07/2023
Mapear processos de trabalho da GEIFP	UNAFIN	01/04/2023	30/05/2023
Reestruturar o Arquivo Geral	UNAFIN	01/04/2023	30/09/2023
Rever o fluxo de processos da UNAFIN	UNAFIN	01/04/2023	31/12/2023

OE8 - Aprimorar políticas fiscais visando o desenvolvimento sustentável			
Plano de Ação	Área Responsável	Data Início	Data Fim
Automatizar solicitação de benefício de incentivos industriais, via BPMS	COTAC	11/04/2023	30/06/2023
Mensurar renúncia da receita e impacto socioeconômico da concessão de benefícios	UNATRI	01/05/2023	31/12/2024
Aprimorar a legislação tributária visando a atração de investimentos	UNATRI	01/05/2023	31/12/2024
Mensurar renúncia da receita e impacto socioeconômico da concessão de benefícios.	UNATRI	01/05/2023	31/12/2024

3.3 - Gestão De Riscos

Em relação à gestão de riscos e controles internos foram realizadas, no ano de 2022, os serviços de consultoria da Empresa ELOGROUP para implantação da gestão para resultados com foco na melhoria do desempenho e controle institucional no âmbito da Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí.

A empresa ELOGROUP apresentou projeto cujo objetivo é o desenvolvimento de um modelo de gerenciamento de riscos para a SEFAZ-PI, que teve como produto o documento “caderno de riscos relevantes”, que tem como conteúdo o conjunto de riscos identificados e priorizados junto à alta liderança, com intuito de orientar e direcionar seu trabalho de gerenciamento e tratamento.

A contratação de serviços especializados em gestão e transformação de processos com licenciamento perpétuo de plataforma para automação de processos, (BPMS), trouxe suporte técnico e operação assistida à gestão de riscos da SEFAZ-PI, realizando a revisão e identificação de novos riscos das superintendências.

Este documento trouxe uma apresentação breve sobre o método de identificação dos riscos, avaliação do impacto e probabilidade dos risco identificado e as fichas de cada um dos riscos relevantes definidos como de alta prioridade pela alta liderança.

A Ficha de Risco é um instrumento para detalhar integralmente as informações sobre cada evento de risco. Nela constam as informações das áreas responsáveis pelo risco, o tipo de risco, a descrição explicativa do evento do risco, o fator que dá origem ao risco, as evidências, as possíveis consequências e os níveis de probabilidade e impacto que poderiam causar e ações para mitigar o risco.

FICHA DO RISCO											
ID	NOME DO RISCO: EVENTO DO RISCO	ÁREA RESPONSÁVEL: ÁREA	SEFAZ Secretaria de Estado de Fazenda do Piauí								
	TIPO DE RISCO: Operacional										
DESCRIÇÃO DO RISCO											
DETALHAMENTO DO RISCO											
FONTES DE RISCO											
FATOR QUE ORIGINA O RISCO											
EVIDÊNCIAS DO RISCO		IMPACTOS DO RISCO									
EVIDÊNCIAS DO RISCO		CONSEQUÊNCIAS DO RISCO									
PRINCIPAIS RESPOSTAS AO RISCO		<table border="1"> <tr> <td>IMPACTO</td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>PROBABILIDADE</td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> </tr> </table>		IMPACTO	1	2	3	PROBABILIDADE	1	2	3
IMPACTO	1	2	3								
PROBABILIDADE	1	2	3								
AÇÕES PARA MITIGAR O RISCO											

O Caderno de Risco apresenta tabela classificando os riscos para analisá-los de forma mais eficiente e implementar estratégias eficazes para o monitoramento.

PRIORIDADE ALTA

QUADRANTE 1 (I=3 e P=3)	QUADRANTE 2 (I=3 e P=2)	QUADRANTE 3 (I=2 e P=3)
<p>01 - Não entrega do novo SIAT, impactando diretamente nas ações da fiscalização e gestão das operações da SUPREC.</p> <p>02 - Redução dos recursos direcionados através do FPE, devido as alterações de arrecadação para IR e IPI.</p> <p>03 - Pendências fiscais junto à receita federal por falha no controle das obrigações do EFD-Reinf e E-Social.</p> <p>04 - Não conseguir alcançar o nível IACM necessário e requerido pelo BIRD.</p> <p>05 - Não conseguir realizar as auditorias de conformidade e resultados devido à falta de capacidade operacional.</p> <p>06 - Ineficiência no monitoramento e controle dos núcleos de controle interno dos órgãos do executivo.</p> <p>44 - Aumento de dependência da empresa LOGUS para melhoria e manutenção do Sistema SIAFE-PI.</p>	<p>07 - Não sustentação do novo SIAT Web devido à dificuldades de adaptação operacional.</p> <p>08 - Cobrança indevida do IPVA devido à falhas de sincronização entre os sistemas do DETRAN e SEFAZ, causada por informações erradas inseridas manualmente.</p> <p>09 - Falha no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFE) e Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE).</p> <p>10 - Não pagamento de despesas compulsórias, devido aos bloqueios em contas ou queda de arrecadação.</p> <p>11 - Perda de capacidade e conhecimento do processo de regularidade fiscal.</p> <p>12 - Vazamento de informações sigilosas e comprometimento dos sistemas da SUPCGE devido à ataques cibernéticos.</p>	<p>13 - Judicialização dos municípios em relação aos benefícios fiscais de ICMS oferecidos pelo Estado (ação APPM).</p> <p>14 - Aumento dos repasses de precatórios de 14 milhões podendo chegar a 21 milhões para 2024.</p> <p>16 - Realizar análises ineficientes dos processos devido ao acúmulo de demandas com urgência para serem concluídas.</p> <p>17 - Perda de capacidade operacional da TI devido ao alto número de servidores comissionados, terceirizados e contratados.</p> <p>18 - Atraso ou falha na instrução dos Processos Administrativos Disciplinares (PAD).</p> <p>19 - Atraso ou falha na instrução de procedimentos disciplinares conduzidos pelos núcleos de correção dos órgãos.</p> <p>20 - Redução da transparência passiva em face da nova divisão de competências e atividades entre Ouvidoria e SUPCGE.</p>

Em 2023, a CGE (Controladoria Geral do Estado) passou à Superintendência da SEFAZ. Com esta unificação foi aberta uma nova frente com estruturação para o caderno de risco incluindo a nova superintendência - SUPCGE, para dar início à governança e ritos da gestão de riscos da SEFAZ PI.

Importância da Gestão de Riscos para a evolução da maturidade de gestão fiscal

Estruturar a Gestão de Riscos na SEFAZ-PI é essencial para melhorar a governança pública, dado que o gerenciamento de riscos tem um papel importante no monitoramento e avaliação da gestão fiscal, contribuindo de maneira objetiva e transparente na conformidade legal, geração de receita e a melhoria da qualidade do gasto público.

A gestão de riscos é um dos pontos avaliados na dimensão de Gestão Fazendária e Transparência Fiscal na MD-GEFIS.

Quadro 1
Síntese da Maturidade e Principais Oportunidades para a Gestão Fiscal

Dimensão	Maturidade	Percentual de Requisitos atendidos	Principais Oportunidades de Melhoria
EIXO I. GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL (GF)			
GF 1. Governança Pública	Intermediário (+)	60,9%	<ol style="list-style-type: none"> 1) Elaborar o plano de comunicação da estratégia. 2) Estabelecer com os gestores acordos de resultados e divulgá-los. 3) Implantar os procedimentos para gestão da inovação e da transformação digital. 4) Implantar os procedimentos para gestão da comunicação e cultura organizacional da gestão fiscal. 5) Implantar matriz de riscos para gestão de projetos. 6) Criar instrumentos para disseminação das melhores práticas e resultados dos projetos. 7) Implantar gestão de processos da gestão fiscal.
GF 2. Gestão dos Riscos	Iniciante (+)	31,4%	<ol style="list-style-type: none"> 1) Implantar procedimentos para gestão dos riscos estratégicos da gestão fiscal. 2) Implantar os procedimentos de seleção para escolha da equipe da Corregedoria. 3) Implantar procedimentos para acompanhar a variação patrimonial dos servidores da gestão fiscal.
GF 3. Gestão de Pessoas	Intermediário (-)	41,9%	<ol style="list-style-type: none"> 1) Implantar procedimentos de gestão de pessoas que contemplem ações para transformação digital. 2) Implantar procedimentos de alocação de servidores seguindo critérios pré-estabelecidos. 3) Implantar os procedimentos de avaliação de desempenho e de resultados 4) Implantar Banco de talentos. 5) Implantar plano de desenvolvimento de liderança com base em competências e monitorar o desenvolvimento. 6) Avançar no uso dos instrumentos de EAD. 7) Implantar gestão do conhecimento da gestão fiscal. 8) Implantar os procedimentos de gestão de pessoas para transformação digital.
GF 4. Gestão da Tecnologia da Informação	Intermediário (+)	56,2%	<ol style="list-style-type: none"> 1) Implantar os procedimentos de direcionamento estratégico da gestão de TI – Avaliação dos serviços de TI; Avaliação de desempenho; Matriz de riscos de TI, e automatizar os processos de gestão de TI 2) Implantar procedimentos para alocação dos recursos de TI. 3) Implantar os procedimentos para avaliação da gestão de TI. 4) Implantar procedimentos para avaliar a satisfação dos usuários. 5) Implantar metodologia para apuração dos custos de TI. 6) Implantar os procedimentos para o uso de tecnologia em nuvem. 7) Aprimorar os procedimentos de contratações de TI. 8) Aprimorar os procedimentos para transformação digital de TI.

**Relatório de avaliação de desempenho PI – Ciclo 2 de 2022*

4 - RESULTADOS DAS UNIDADES PRESTADORAS DE CONTAS - UPC

4.1 – SEFAZ-PI – Unidade Gestora

PANORAMA GERAL

Uma das prioridades do Governo do Estado, por meio da Secretaria Estadual da Fazenda, é investir na modernização, por meio do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO), que tem como objetivo contribuir para a sustentabilidade fiscal dos Estados por meio da modernização da gestão fazendária; da melhoria da administração tributária; e da melhoria da gestão do gasto público. Até o mês de novembro (28/11) do ano de 2023 foram investidos recursos na ordem de R\$ 44.218.810,90.



Novo posto fiscal de Jorrante, em Uruçuí

Desse total, foram aplicados cerca de R\$ 12.354.740,40 para reforma e modernização do posto fiscal da Tabuleta, em Teresina, e construção do novo posto fiscal de Jorrante, em Uruçuí. Além disso, parte desses recursos foram destinados à reforma e modernização do prédio sede da SEFAZ, na avenida Maranhão. Cerca de R\$ 5.474.000,00 ainda foram disponibilizados para construção do prédio anexo da Sefaz, onde funcionará a Unidade de Tecnologia e Segurança da Informação (UNITEC), que deve ser inaugurado no ano de 2024.

Foram investidos, ainda, R\$ 20.920.973,96 para aquisição de bens, entre estes, licenças de softwares, tablets e impressoras, computadores e monitores, veículo, drones para fiscalização, mobiliário, além da aquisição de container para abrigar o novo data center e aquisição do novo elevador para o prédio sede da Sefaz.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

A tabela evidencia o cenário de execução orçamentária e financeira da UO13101 durante o exercício financeiro de 2022.

Destaca-se a utilização dos seguintes programas de trabalho e ações orçamentárias:

- 1) Administração da Unidade, com recursos do tesouro estadual;
- 2) Gestão da Plataforma Web Ativo Verde, com recursos do tesouro estadual;
- 3) Projeto PRODAF/PROFISCO II, com recursos das operações de créditos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento);
- 4) Gestão Local do Programa Ativo Verde, onde não houve execução orçamentário;
- 5) Modernização da Gestão do Estado.

Unidade Gestora / Programa de Trabalho / Fonte / Grupo Despesa / Natureza Despesa	Dotação Atualizada	ACUMULADO 2023			Saldo de Dotação
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	
130101 - SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUI	378.216.743,00	377.384.103,84	368.450.562,84	363.221.885,97	832.639,16
13.101.04.122.0010.2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	56.201.923,00	55.392.471,86	46.458.930,86	44.174.157,36	809.451,14
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	56.201.923,00	55.392.471,86	46.458.930,86	44.174.157,36	809.451,14
3 - Outras Despesas Correntes	56.191.908,00	55.382.457,36	46.452.105,26	44.167.331,76	809.450,64
4 - Investimentos	10.015,00	10.014,50	6.825,60	6.825,60	0,50
13.101.04.122.0010.2500 - GESTÃO DE PESSOAS	322.004.745,00	321.991.631,98	321.991.631,98	319.047.728,61	13.113,02
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	322.004.745,00	321.991.631,98	321.991.631,98	319.047.728,61	13.113,02
1 - Pessoal e Encargos Sociais	316.487.990,00	316.474.882,10	316.474.882,10	313.536.811,43	13.107,90
3 - Outras Despesas Correntes	5.516.755,00	5.516.749,88	5.516.749,88	5.510.917,18	5,12
13.101.04.129.0009.2942 - GESTÃO DA PLATAFORMA WEB ATIVO VERDE	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
3 - Outras Despesas Correntes	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
13.101.18.541.0009.2943 - GESTÃO LOCAL DO PROGRAMA ATIVO VERDE	2.760,00	0,00	0,00	0,00	2.760,00
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	2.760,00	0,00	0,00	0,00	2.760,00
3 - Outras Despesas Correntes	2.760,00	0,00	0,00	0,00	2.760,00
13.101.04.122.0010.1013 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO ESTADO	107.682,00	0,00	0,00	0,00	107.682,00
754 - Recursos de Operações de Crédito	107.682,00	0,00	0,00	0,00	107.682,00
4 - Investimentos	107.682,00	0,00	0,00	0,00	107.682,00
13.101.04.129.0010.1900 - PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E PERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO PIAUI-PRODAF/PROFISCO II	46.876.186,00	46.292.707,42	24.790.027,36	24.790.027,36	583.478,58
754 - Recursos de Operações de Crédito	46.876.186,00	46.292.707,42	24.790.027,36	24.790.027,36	583.478,58
3 - Outras Despesas Correntes	4.370.591,00	4.369.991,20	796.309,73	796.309,73	599,80
4 - Investimentos	42.505.595,00	41.922.716,22	23.993.717,63	23.993.717,63	582.878,78
Total	1.653.802.631,00	1.648.414.537,62	1.548.172.333,44	1.527.257.625,96	5.388.093,38

Fonte: Informações Siafe

PROFISCO II

É o Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO), que tem como objetivo contribuir para a sustentabilidade fiscal dos Estados por meio da modernização da gestão fazendária, da melhoria da administração tributária e da melhoria da gestão do gasto público.

Em 2023, foram investidos recursos na ordem de R\$ 44.218.810,90. Os dados mostram que foram aplicados cerca de R\$ 12.354.740,40, para reforma e modernização do posto fiscal da Tabuleta, em Teresina e construção do novo posto fiscal de Jorrante em Uruçuí e na reforma e modernização do prédio da SEFAZ, na Avenida Maranhão.

Cerca de R\$ 5.474.000,00 ainda foram disponibilizados para construção do prédio anexo da Sefaz, onde funcionará a Unidade de Tecnologia e Segurança da Informação (UNITEC), que deve ser inaugurado no início do ano de 2024.



Foram investidos ainda R\$ 20.920.973,96 para aquisição de bens, entre estes, licenças de softwares, tablets e impressoras, computadores e monitores, veículo,

drones para fiscalização, mobiliário, além da aquisição de container para abrigar o novo data center e aquisição do novo elevador para o prédio sede da Sefaz.

Além disso, houve investimento na ordem de R\$ 1.799.546,35 em capacitação dos servidores públicos, R\$ 5.577.229,70 em consultoria, visando a melhoria na qualidade dos serviços prestados a sociedade.

Houve a aquisição de drones para serem utilizados na fiscalização. A SEFAZ, por realizou um curso de treinamento para uso de Veículos Aéreos Não Tripulados(VANTs), conhecidos por drones. Durante o treinamento, servidores foram instruídos para manusear corretamente a ferramenta.

Foram adquiridos doze (12) aparelhos para melhorar as ações de fiscalização no estado. Equipados com câmeras, os drones serão usados nos Postos Fiscais, atuando na identificação de possíveis depósitos clandestinos, rotas de desvio dos postos fiscais e planejamento de ações mais assertivas.

Esses investimentos do PROFISCO permitem avanços significativos na melhoria da fiscalização de mercadorias em trânsito. Esse ano de 2023 foram entregues tablets e impressoras para melhorar e agilizar o trabalho da fiscalização volante, a blitz itinerante. Foram investidos cerca R\$ 298,25 mil para aquisição desses equipamentos. Além disso, a Sefaz também já adquiriu carros para melhorar o trabalho da fiscalização e ainda reformou vários postos fiscais, visando atender, cada vez melhor, os contribuintes piauienses.

Em 2023, O governo do Piauí investiu R\$ 36 milhões na implementação do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí (Profisco II).

Entre os investimentos, aquisição de mobiliário para a Sefaz, bem como agências de atendimento e postos fiscais.

Receita Estadual

A Arrecadação Fiscal do Estado do Piauí, considerando o valor bruto acumulado de janeiro a novembro, apresentou crescimento de 9,98% em relação a 2022, que corresponde a R\$ 1,14 bilhão, conforme a tabela 1.

O Fundo de Participação dos Estados – FPE apresentou um incremento de 2,93% quando comparado ao mesmo período de 2022. Diferente do comportamento observado nos últimos dois anos, o FPE passa por crescimento nominal tímido e abaixo da inflação do período, impactada especialmente a partir mês de julho de 2023. Tal cenário motivou a edição da Lei Complementar nº 201/2023, com vistas a compensar a redução nominal observada nos meses de julho e agosto de 2023, frente ao arrecadado em 2022.

No que se refere à Receita Tributária Própria - RTP (ICMS, IPVA, ITCMD, TAXAS e OUTROS) o percentual de incremento ficou em 17,11%. A RTP apresenta uma contribuição importante durante o ano de 2023, simbolizada por um crescimento na arrecadação de ICMS superior a 17%, sobretudo ao comparar com uma base de 2022 impactada negativamente pelas Leis Complementares 192 e 194/2022, pela elevação da alíquota modal para 21% e pela edição da Lei Complementar Estadual nº 269/2022.

Tabela 1. Desempenho da Receita Tributária Própria e do FPE - 2022-2023 (R\$ milhares)

Receita	Janeiro a Dezembro					
	2022	2023	Δ % 23/22	Δ R\$ 23/22	Participação 2022	Participação 2023
Receita Tributária Própria (RTP)	6.693.284	7.838.625	17,11%	1.145.341,11	49,67%	52,89%
FPE	6.783.054	6.982.046	2,93%	198.992,06	50,33%	47,11%
Total	13.476.338	14.820.671	9,98%	1.344.333	100%	100%

Fonte: SEFAZ PI - UNICAD/Sistema Integrado de Administração Tributária-SIAT.

Tesouro Estadual

O Governo do Estado finaliza o ano de 2023 com o cumprimento de metas fiscais e dentro dos prazos estabelecidos. Foram cumpridos os limites dos gastos com dívida, despesa com pessoal, saúde e educação entre outros exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. A SEFAZ-PI, por meio da Superintendência do Tesouro do Estado - SUTESP cumpriu as normas, elaborou e publicou os demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal nos prazos estabelecidos para o cumprimento das metas, conforme as regras definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Foram elaborados também os relatórios das demonstrações contábeis exigidas conforme Constituição Federal e Estadual e Lei de Responsabilidade Fiscal, além de Instrução Normativa que dispõe sobre a forma e prazo de prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado.

O governo do Estado do Piauí teve um grande avanço no que diz respeito à pontualidade no pagamento dos salários dos servidores. Iniciado no ano de 2021, o pagamento dos salários dos servidores do Estado do Piauí vem se mantendo em dia. Um marco importante nesse avanço é a implementação da segunda etapa do sistema de Declaração à Receita Federal – SIDEC, pela UNIGEF (Unidade de Gestão Financeira do Estado), focada no controle e monitoramento da Folha de Pagamento e das obrigações tributárias. Além disso, a equipe responsável está empenhada na integração do SIAPE-SIAFE por meio de webservice, uma abordagem mais segura e confiável. O objetivo principal desse projeto é reduzir significativamente o tempo de processamento da folha, visando concluir esse procedimento em menos de uma hora. Todas essas melhorias desempenharam um papel crucial no aprimoramento do módulo Fluxo de Caixa.

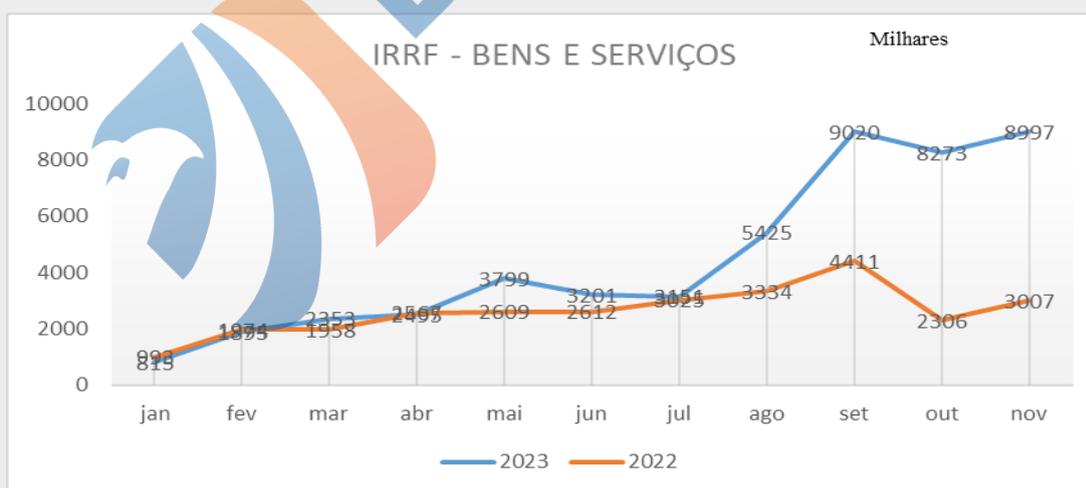
O Estado do Piauí foi destaque nacional recebendo o Prêmio da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi/2023), referente às informações que o Governo presta para o Tesouro Nacional. A premiação ocorre em virtude do Piauí ter ocupado o primeiro lugar em evolução no Ranking da Qualidade da Informação Fiscal e Contábil, divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Além disso, o Estado obteve NOTA A no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal do Setor Público Brasileiro, a maior classificação do Tesouro Nacional.

O Tesouro Estadual/SEFAZ-PI acompanha as tratativas de contratação de novas operações de crédito junto aos órgãos internacionais (BID, BIRD e FIDA) e também junto ao Banco do Brasil. O montante das contratações fica acima de R\$ 3 bilhões em 2023. Isso só foi possível graças aos bons indicadores fiscais do estado, sobretudo, considerando o grau de endividamento e a capacidade de pagamento do Estado, que é analisado anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com o acompanhamento da SEFAZ/UNIGED (Unidade de Gestão da Dívida Pública). O Governo do Piauí, através do Tesouro Estadual, tem feito esforços para investir no aprimoramento dos seus sistemas. Outro grande feito é a modernização do Sistema de Gestão de Dívida (SIGED) com integração ao SIAFE-PI. O atual e moderno Sistema vai

propiciar melhores condições de análise, transparência, eficiência e controle da dívida pública do Estado.

Em 2022 a Unidade de Gestão e Programação do Gasto Público-UNIGGP/SUTESP implementou o projeto de descentralização de créditos orçamentários no Poder Executivo do Estado do Piauí. E em 2023 a unidade auxiliou na elaboração do DECRETO Nº 22.380, de 05 de setembro de 2023, normatizando o procedimento que é uma prática moderna e eficiente para execução do orçamento público. Além disso, implementou o projeto no âmbito do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Piauí, garantindo o controle da execução descentralizada dos créditos orçamentários.

Outro projeto importante coordenado pela UNIGGP foi a elaboração do Manual de Retenções de Imposto de Renda sobre o pagamento de bens e serviços com palestra de apresentação e treinamento. Foram realizadas ainda configurações no SIAFE-PI para adaptar a execução das retenções as alterações ocorridas na Instrução Normativa nº 1.234/2012. Esse projeto foi muito relevante para obtenção de um incremento significativo na retenção de imposto de renda sobre pagamento de bens e serviços. Após a publicação do Manual e realização de monitoramento essa receita cresceu aproximadamente R\$ 5 milhões/mês.



Em 2023, o Governo do Estado, através do Tesouro Estadual, deu continuidade na implantação de novos módulos integrados ao SIAFE-PI, como o de dívida, fluxo de caixa, patrimonial, contratos e integrações, bem como foi feita a revisão da conformidade das

práticas contábeis adotadas pelo Estado, como por exemplo a contabilização do pagamento de precatórios, adequado agora às práticas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Outro grande avanço no ano de 2023 foi a implementação da ferramenta Flexvision 3, que permite a execução mais célere dos relatórios gerenciais, bem como a construção de gráficos, trazendo uma visualização mais moderna aos gestores do estado. Também em 2023 foram retomados os cursos para os usuários do SIAFE, tendo sido capacitados 477 usuários, com um total de 200 horas de aulas ministradas por servidores efetivos, lotados na Unidade de Controle Contábil. Como destaque do exercício de 2023, cita-se ainda a implantação da nova classificação por fonte ou destinação de recursos a ser utilizada por Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com o § 4º do art. 1º da Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 2021, bem como a classificação de Ativos e Passivos por fonte de recursos. Essa ação proporciona o alinhamento de Estado do Piauí com a contabilidade nacional.

Programas e Iniciativas

Nova Legislação do ICMS

Após o lançamento do Novo Regulamento do ICMS, publicado por meio do decreto nº 21.866/23, que rege as operações sujeitas ao ICMS, uma equipe de auditores da Sefaz, realizou um trabalho que teve como objetivo rever, atualizar e compilar as disposições regulamentares que disciplinam a cobrança do ICMS no Estado do Piauí, com vistas a melhorar o ambiente de trabalho tanto dos profissionais do fisco, como dos contadores, advogados, empresários e cidadãos. Também foi realizada uma ampla divulgação do documento, junto aos servidores da Sefaz, além de outros órgãos parceiros e interessados no tema, a exemplo do Conselho Regional de Contabilidade do Piauí (CRC-PI)

Serviços No Portal GOV-PI Empresas Para Facilitar Vida Dos Contribuintes

Visando facilitar a vida dos contribuintes do Estado, a Secretaria Estadual da Fazenda disponibiliza vários serviços no portal Piauí Digital Empresas (GOV PI Empresas), que é integrado à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim). A plataforma foi lançada pelo governo

como parte do processo de informatização e digitalização dos serviços do Estado. Dessa forma, vários serviços estão sendo disponibilizados numa única plataforma, facilitando tanto para os cidadãos quanto para os contribuintes que necessitam desses serviços do Estado. No mesmo local, eles vão poder acessar tanto os serviços da Sefaz como de outros órgãos que têm relação com esses contribuintes, a exemplo da Jucepi, da Adapi, e do Detran. Agora poderão encontrar os serviços unificados em um mesmo ambiente virtual.

Dentre os serviços disponibilizados pela Sefaz, está a Agenda Tributária, que fornece informações a respeito dos prazos sobre obrigações principais e acessórias e ainda consulta à legislação tributária, assim como os atos normativos referentes aos tributos da competência do Estado do Piauí.

O contribuinte também pode consultar vários serviços da Agência Virtual de Atendimento (e-AGEAT), entre estes: ciência sobre auto de infração, pendências de declaração, situação fiscal tributária ou dívidas pendentes referentes ao ICMS e ao IPVA, assim como poderão emitir boletos para pagamento dos referidos impostos, inclusive fazer parcelamento de débitos. E ainda podem conseguir autorização para emitir documentos fiscais, a exemplo da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e da Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica (NFC-e), dentre outros.

Também podem acessar na plataforma o canal de atendimento “Fale com a Sefaz”, onde pode consultar cadastro, CPF na Nota, Declarações Eletrônicas, Documentos Eletrônicos, Denúncias Relacionadas ao ICMS, IPVA, ITCMD, Malha Fiscal, Postos Fiscais, Restituição de Pagamentos Indevidos e Taxas Estaduais. E ainda pode conversar com a atendente virtual da Sefaz, a Teresa.

Controladoria Geral do Estado (CGE)

A CGE é um órgão central de controle interno do Poder Executivo do Estado do Piauí. Em 2023, foi integralizada a SEFAZ tornado-se uma Superintendência da Secretaria de Fazenda, tendo como titular o Controlador-Geral do Estado. Compete à CGE, além do disposto no art. 90 da Constituição Estadual, coordenar as atividades do sistema de controle interno no âmbito do Governo estadual, incluindo as funções de controladoria, auditoria e corregedoria, na forma do regulamento.

Ao longo de 2023, a Controladoria-Geral do Estado desenvolveu um trabalho orientativo e de assessoria aos gestores, buscando contribuir para a eficiência, eficácia, efetividade, além da transparência e legalidade dos atos da gestão pública estadual.

Sefaz conquista Prêmio Destaque do Controle Interno 2023

A Secretaria da Fazenda recebeu em 2023 o Prêmio “Destaque do Controle Interno”. O órgão conquistou o primeiro lugar na categoria dos órgãos estaduais que administram recursos no valor superior a R\$ 70 milhões. A premiação aconteceu na solenidade de abertura do 5º Fórum Piauiense de Controle Interno.

O fórum, organizado pela Superintendência da Controladoria-Geral do Estado (CGE), está consolidado no calendário de eventos do Governo do Estado, sendo de fundamental importância para os servidores públicos, pois tem a finalidade de abordar as boas práticas de Gestão e Controle Interno no âmbito do Poder Executivo Estadual, buscando discutir, aprimorar e dar mais resolutividade aos atos da Administração Pública.



Ações Fiscais

Durante 2023, o fisco piauiense distribuiu 826 ordens de serviço em diversas ações fiscais, buscando fortalecer a abordagem colaborativa na relação entre Fisco e Contribuinte. Estas ações incluem Monitoramento (422), Auditoria Pontual (256),

Auditoria Homologatória (77), Atendimento (63) e Malhas Fiscais (8), com ênfase crescente em medidas preventivas e direcionadas.

Monitoramento

O monitoramento do comportamento dos maiores contribuintes tem destaque pela importância na arrecadação do estado, pois eles possuem uma grande capacidade contributiva e um elevado potencial econômico.

O monitoramento é constante e baseado em informações da EFD - Escrita Fiscal Digital. O objetivo é prover o Estado de recursos, induzindo os contribuintes a pagar efetivamente seus tributos, de acordo com a legislação.

No ano de 2023 foram monitoradas 422 empresas, notadamente das operações dos maiores contribuintes, visando manter a estabilidade da arrecadação tributária do Piauí. Essas empresas são apenas aproximadamente 0,74% do total de empresas (desconsiderando os MEI - Microempreendedor Individual) do Piauí e são responsáveis por grande parte da arrecadação do Estado.

Auditoria Fiscal

Em 2023, foram lavrados 5.064 autos de infração, totalizando R\$259,34 milhões, um aumento de 12% em relação ao ano anterior. Essas autuações, que envolveram 2.180 contribuintes, focaram majoritariamente (80%) no descumprimento de obrigações acessórias.

Ouvidoria Sefaz

Tem por finalidade servir de canal de comunicação direta com a sociedade, prestar informações institucionais, receber sugestões, questionamentos, reclamações, críticas, elogios e denúncias sobre as atividades do Órgão e atender aos pedidos de acesso à informação de que trata a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

Na Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, a Ouvidoria tem sua atuação regulamentada pelo Decreto 17.707/2018.

Importante canal de comunicação da sociedade, dispõem de vários serviços através do site que direciona para a Carta de Serviços ao cidadão, para sanar dúvidas frequentes, há também o “Fale com a Sefaz”, para acessar o chat da Teresa, dispondo de uma equipe competente para atendimento ao público.

A ouvidoria apresenta relatório anual das atividades realizadas e pode constatar que em 2023, a equipe realizou 1.672 atendimentos.

Os temas atendidos na ouvidoria foram:

Assuntos	Percentual %
Mercadorias retidas	39%
Fiscalização de empresas	23%
IPVA	21%
Andamento de processos SEI	8%
Demandas enc. por outros órgãos	5%
ITCMD	4%

O tempo de resposta ao atendimento da demanda é de de 2,76 tempo médio (dias), considerando as demandas recebidas e concluídas em 2023, obtendo resultado satisfatório.

Além da comunicação direta da sociedade com a SEFAZ, a ouvidoria promoveu campanha de divulgação da Ouvidoria internamente, com a finalidade de informar e esclarecer sobre o trabalho e a importância da Ouvidoria. Também orientou a população sobre como encaminhar as manifestações e incentivando o cidadão a utilização do canal de acesso a SEFAZ.

Na busca por excelência no atendimento e na melhoria contínua de seus serviços, há pesquisa de satisfação disponibilizado de forma eficiente para que os usuarios possam manifestar-se sobre os serviços prestados.

Destaca-se que a Secretaria da Fazenda (SEFAZ-PI) conquistou o primeiro lugar na categoria tipo 2 , do I Concurso de Boas Práticas em Ouvidoria Pública. A premiação foi realizada pela Ouvidoria-Geral do Estado do Piauí, no auditório da Etipi, Centro Administrativo.



4.1.1 - FUNDAT – Fundo De Desenvolvimento E Aperfeiçoamento Da Administração Tributária Exercício 2023

Criado pela Lei nº 5.429/2004

FINALIDADE: fornecer recursos para financiar o reaparelhamento e reequipamento da Secretaria da Fazenda, a atender encargos específicos inerentes ao desenvolvimento, aperfeiçoamento e fomento das atividades de fiscalização tributação e arrecadação dos tributos estaduais.

O FUNDAT é gerido por um Comitê Gestor:

SECRETÁRIO DA FAZENDA(Coordenador)

SUPERINTENDENTES(Membros)

DESPESAS EMPENHADAS NO EXERCÍCIO 2023

As despesas empenhadas em 2023 foram distribuídas da seguinte forma:

Aquisição de material permanente.....R\$ 40.212,18

Construções/Reformas..... R\$ 0,00

Serviços de Tec. da Informação..... R\$ 3.352.191,80

TOTAL.....R\$ 3.392.403,98

PAGAMENTOS EM 2023

TOTAL : R\$ 2.556.473,73

Principais investimentos em 2023

1. Serviços especializados para implantação, treinamento e operação assistida para a área de apoio à gestão estratégica, processos, portfólio, programas e projetos com objetivo de aprimorar a gestão integrada e governança, com uso de plataforma de apoio à gestão desta Sefaz. Pagamento em 2023: R\$ 1.095.952,85 (um milhão, noventa e cinco mil, novecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e cinco centavos).

2. Construção do prédio anexo da Unidade de Tecnologia da Informação-UNITEC contrapartida com recursos do FUNDAT R\$ 547.440,70; o restante da obra financiada com recursos do PROFISCO; 90% (noventa por cento) das despesas decorrentes da execução dos serviços, correram à conta dos recursos consignados no Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí - PRODAF/PROFISCO II no valor de R\$ 4.926.966,34 (quatro milhões, novecentos e vinte e seis mil, novecentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos); 10% (dez por cento) das despesas decorrentes da execução dos serviços correram à conta dos recursos consignados pelo Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Administração Tributária - FUNDAT/SEFAZ-PI, no valor de R\$ 547.440,704 (quinhentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais e setenta centavos). A obra se encontra em processo de finalização com previsão de entrega no final de fevereiro de 2024.

4.1.3 - FECIDAPI - FUNDO ESPECIAL DE CRÉDITOS INADIMPLIDOS E DÍVIDA ATIVA DO PIAUÍ

Criado pela Lei nº 6.823, de 19 de maio de 2016, o FECIDAPI tem por finalidade contribuir para o aumento da arrecadação dos recursos financeiros do Estado do Piauí por meio da securitização dos seus créditos inadimplidos (dívida ativa e administrativos).

A administração do Fundo é gerido por um Conselho de Administração, composto por um representante da:

I – Secretaria de Estado de Fazenda, que o presidirá;

II – Procuradoria Geral do Estado;

III – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Não houve nenhuma ação realizada em 2023, haja vista que o FECIDAPI teve suas atividades encerradas em 2020. Nesse ano, foi procedido o cancelamento do contrato (distrato) com a empresa Cadence Gestora de Recursos Ltda, responsável pela execução/administração das atividades de securitização das dívidas (ativa e administrativa), objeto do FECIDAPI.

5 - ENCARGOS GERAIS DO PIAUÍ

PANORAMA GERAL

Trata-se de uma unidade de natureza especial, com orçamento próprio, criada para a escrituração contábil de atos orçamentários/financeiros que possuem como fato gerador as obrigações de pagamento em desfavor da pessoa jurídica Estado do Piauí, tendo por base imposição legal e/ou decisão judicial.

Procedimentalmente, insta mencionar que a atuação da unidade orçamentária 24101 limita-se à gestão dos atos e fatos do ponto de vista orçamentário, ou seja, não há atuação direta no âmbito financeiro das despesas públicas, cujo papel é da Setorial Financeira.

Do ponto de vista de organograma e estrutura administrativa, destaca-se que a Unidade de Encargos Gerais do Piauí está vinculada à SEFAZ, mais precisamente na Superintendência do Tesouro Estadual.

Entre outras atribuições, esta unidade é responsável por:

I - controlar a dívida pública interna e externa dos órgãos e entidades estaduais, bem como elaborar os demonstrativos relacionados;

II - conduzir e executar as negociações, acerca das condições de financiamento, visando à contratação de operações de crédito interno e externo;

III - gerir, controlar e realizar procedimentos contábeis em relação aos precatórios judiciais do Estado e ao pagamento de requisições de pequeno valor onde o Estado do Piauí seja réu;

IV – conduzir as transações que envolvem a participação acionária estadual em empresas estatais;

V – acompanhar atos em geral que implacam ou possam implicar obrigação de pagamento à pessoa jurídica do Estado do Piauí, como indenizações, tributos e aportes em fundo de contingência.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

A seguir, apresenta-se um relatório gerencial que evidencia o total de desembolsos financeiros que tiveram como origem a unidade Encargos Gerais do Piauí, com referência aos anos de 2022 e 2023.

ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	Despesas Pagas (R\$)¹	
	2022	2023
24.101.04.123.0012.0902 - PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DE EMPRESAS ESTATAIS	133.984.499,44	336.286.759,89
24.101.28.843.0012.0905 - SERVIÇO DE DÍVIDA INTERNA	542.335.544,30	876.772.621,44
24.101.28.844.0012.0906 - SERVIÇO DE DÍVIDA EXTERNA	145.871.362,59	469.719.621,93
24.101.28.845.0012.0910 - TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS	14.672.914,00	18.952.963,00
24.101.28.846.0012.0901 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	245.237.964,01	302.547.496,39
24.101.28.846.0012.0903 - FUNDO DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00
24.101.28.846.0012.0904 - ENCARGOS COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS - FUNDO DE PREVIDÊNCIA	571.247.821,25	656.911.298,07
24.101.28.846.0012.0907 - INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E DEMAIS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO DO ESTADO	4.181.820,27	2.227.614,88
24.101.28.846.0012.0909 - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR - PASEP	137.538.132,07	152.295.313,07
TOTAL	1.795.070.057,93	2.815.713.688,67

Fonte: SIAFE/PI

6 - APÊNDICE

Unidade Prestadora de Contas: Sefaz-PI

Nome Completo	CPF	Cargo	Período Inicial	Período Final	E-mail	Telefone Institucional
Emílio Joaquim de Oliveira Júnior	226.451.793-04	SECRETÁRIO DA FAZENDA	01/12/2023	31/12/2023	emiliojj@sefaz.pi.gov.br	(86) 3216-9600

Unidade Prestadora de Contas: Encargos Gerais

Nome Completo	CPF	Cargo	Período Inicial	Período Final	E-mail	Telefone Institucional
Emílio Joaquim de Oliveira Júnior	226.451.793-04	SECRETÁRIO DA FAZENDA	01/12/2023	31/12/2023	emiliojj@sefaz.pi.gov.br	(86) 3216-9600